AMPLIANDO OLHARES: EDUCAÇÃO INCLUSIVA, INTEGRAL E EQUITATIVA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELAINE VASCONCELLOS HATORI

RESUMO:

A escola precisa preparar-se para a educação inclusiva desde a educação infantil: pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos, salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), etc., reverberados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno das crianças e bebês que, em virtude de suas particularidades, apresentam deficiência. O presente artigo tem o propósito de levantar uma discussão acerca do processo de inclusão na educação infantil por meio das práticas pedagógicas. Respeitando a diversidade, sem esquecer que o papel de uma escola moderna deve ser ajudar na construção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, com o intuito de promovê-la, a fim de torná-lo um cidadão pleno. Destaca-se, então, a necessidade de mais pesquisas acerca da inclusão na Educação Infantil, possibilitando que novas abordagens se relacionem ao assunto em direção a uma sociedade que seja realmente inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Desafios. Infância.

ABSTRACT:

The school needs to prepare itself for inclusive education from early childhood education: to think about its spaces, times, professionals, pedagogical resources, rooms of Specialized Educational Attendance (ESA), etc., reverberated towards the possibility of access, permanence and full development of children and babies who, by virtue of their particularities, show disability. This article aims to raise a discussion about the process of inclusion in early childhood education through pedagogical practices. While respecting diversity, it should be borne in mind that the role of a modern school should be to help build the cognitive, emotional and social development of children, with the aim of promoting them, in order to make them a full citizen. The need for more research on inclusion in early childhood education is highlighted, allowing new approaches to relate to the subject towards a society that is truly inclusive.

Keywords: Inclusion. Early Childhood Education. Challenges Childhood.

1 INTRODUÇÃO

Muitos entendem a inclusão apenas como a inserção de uma criança com deficiência na rede regular de ensino, sem compreenderem que essa ação promove uma mudança na lógica da escola. O movimento de inclusão em exige uma nova organização no sistema educacional, transformando suas práticas, suas relações, seus conceitos com o objetivo de garantir o direito à educação de qualidade para todos.

Quando abordamos essa questão na educação infantil, destacamos que cuidar e educar faz parte da ação pedagógica, pois estabelece uma visão integrada do desenvolvimento da criança, baseando-se em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade peculiares a infância. Significa apreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige um esforço particular e mediação dos adultos, como formar de propiciar e favorecer ambientes que estimulem a curiosidade.

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagens e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos e parcerias com a comunidade. A inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos, exige da escola novos conhecimentos, que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas a diversidade dos aprendizes.

Com enfoque na educação inclusiva dentro dos âmbitos da Educação Infantil, é necessário refletir sobre as percepções e os desafios que fazem parte do trabalho pedagógico dos professores, já que é por meio de um trabalho que valoriza as conquistas da criança e respeita as suas limitações, que a inclusão acontece de forma efetiva. A metodologia a ser utilizada neste trabalho baseiase em leituras e análises de referenciais teóricos que abordam os temas em questão. E com o objetivo de levantar uma discussão acerca do processo de inclusão na educação infantil por meio das práticas pedagógicas.

Paralelamente, problematizamos este trabalho com o seguinte questionamento: qual a importância de se pensar as ações pedagógicas para uma criança com deficiência na educação infantil para garantir sua plena inclusão?

Ainda de acordo com a legislação é obrigação das escolas, dispor de professores preparados para ensinar alunos com necessidades especiais e dispostos a incluí-los nas classes comuns. Sendo de responsabilidade dos professores elaborar e aplicar atividades que considerem as necessidades específicas das crianças e bebês. Dito isso, entende-se

que a inclusão escolar deve ocorrer com profissionais capacitados e comprometidos em realizar uma inclusão com responsabilidade e conhecimento, por meio de formação continuada que possibilitará um atendimento e acompanhamento adequados às especificidades dos alunos.

2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Com o passar dos anos, a luta em prol da Educação Especial foi ganhando força, aparecendo na Constituição de 1988, por meio do art. 208, inciso III, afirmando que: "O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", considerando a importância da inclusão nas escolas regulares". Com isso iniciava-se processo de inclusão propriamente dito em escolas regulares.

Nos anos 90 foi quando houve maior empenho em lutar pela inclusão social e educacional dos indivíduos com deficiências. O objetivo era de romper com a divisão entre a educação regular destinada às pessoas que não possuíam nenhum tipo de deficiência e com a educação especial proposta para aqueles com deficiências.

Em 1994, apresenta-se um documento, fruto de uma conferência mundial realizada na cidade de Salamanca, Espanha, com participação também de organizações de pessoas com deficiência, representantes de governos, advogados e demais segmentos da sociedade. Essa reunião foi um marco pelas discussões voltadas à Educação Especial, especificamente. Além de reafirmar algumas discussões contidas na declaração mencionada anteriormente, a declaração de Salamanca ressalta que o foco seja a criança e o respeito às diferenças, além de assumir a educação em espaços inclusivos como o mais indicado, recomendando que isso seja instituído nas leis e práticas dos países consignatários (BRASIL, 1994, p.1).

A LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) recomenda que crianças com necessidades especiais sejam matriculadas na rede regular de ensino. O Brasil é também signatário, de um tratado de declaração internacional que selou o compromisso de garantir acesso à educação inclusiva, até 2020. E ainda, traz no artigo 56 que os sistemas de ensino devem garantir aos estudantes currículo, método, recursos e organização que correspondam às necessidades desse alunado, ou seja, as escolas regulares devem estar preparadas para de fato garantir um ensino de qualidade para todos.

A Lei 8069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 53 declara que "é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico bem como participar da definição das propostas educacionais". Percebe-se que um caminho está sendo trilhado para as pessoas com deficiências, a legislação é clara quando evidencia os direitos desses sujeitos e as obrigações das instituições de ensino para que sejam cada vez mais incluídos nas escolas, com uma educação de qualidade e igualitária, superando as barreiras existentes, resultando assim em uma sociedade inclusiva ao qual todos são aceitos, com as mesmas oportunidades e valorização.

Em 2004, foi criado pelo Ministério da Educação as Diretrizes da Política Nacional da Educação Infantil MEC/2004, que dentre outras providências instituiu que: "A educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, mediante a avaliação e interação com a família e a comunidade." (BRASIL, 2004, p. 17).

Em 2008, foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que ressalta a inclusão escolar tem início na Educação Infantil, que se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento global das crianças. Uma das contribuições desta Política visando a melhoria e orientação das redes de ensino é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, que visa modificar e atender as exigências de uma educação igual para todos. Refere-se a um professor especializado nesse tipo de atendimento que identifica a necessidade de cada um, cria e articula um plano de ensino dentro do ensino comum, provendo recursos para esses alunos, adaptando as situações, trazendo para o seu cotidiano não só na parte pedagógica, mas também preparando para a sociedade.

A Lei Brasileira de Inclusão, n.º 13.146/2015 vem aglutinar todos esses esforços presentes noutras legislações da área. Assim, a LBI referenda implicações para o cenário da educação inclusiva nos espaços regulares de ensino, pois se coloca enquanto premissa jurídico-política que está na contramão de uma perspectiva de sistema educacional que muitas vezes excluía a pessoa em razão da sua deficiência, noutros momentos a segregou, depois passou pelo período de integração sem sentido para este público estudantil.

Recentemente, no dia 30 de setembro de 2020, foi aprovado o decreto n°10.502, que traz uma nova política para a educação especial, trazendo consigo uma carga excludente partindo do pressuposto que houve lutas por muitos anos para a conquista de leis que garantiam atendimento especializado para todos, visando principalmente a inclusão.

Os princípios e diretrizes emanadas dos documentos nacionais e internacionais

têm gerado polêmicas no Brasil levando alguns educadores a questionarem, se é possível ou não a inclusão escolar; se é possível existir uma escola inclusiva numa sociedade que não é. Sabemos que construir uma sociedade e uma escola inclusiva não é tarefa fácil, não se faz num passe de mágica, de uma hora para outra, só porque, desejamos. Há uma grande distância entre o que idealizamos e o que é possível realizar.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA INFÂNCIA

É muito importante que a escola busque, por meio de suas práticas inclusivas, atender a demanda existente em sala de aula, utilizando-se de uma pedagogia inovadora e atual, que entenda que o aluno com deficiência requer uma proposta específica para que possa ser significativa sua aprendizagem. Não é possível fazer a inclusão desconsiderando as diferenças. Portanto, é impossível uma criança com deficiência comportar-se e aprender conforme a maioria. É inevitável que se faça uma reformulação dos modos do fazer pedagógico nas escolas e se criem currículos flexíveis que possam ressignificar às atitudes destes alunos, para que consigam aprender e a conviver em grupo, sempre respeitando suas limitações.

Para trabalhar a inclusão na Educação Infantil na prática, é essencial que a equipe pedagógica faça um planejamento das atividades que são significativas pra os alunos e que promovam a integração. Também é importante considerar o ritmo de cada estudante e as suas peculiaridades, somente assim a educação será realmente inclusiva. A integração é a palavra-chave para a inclusão na Educação Infantil, por isso, nada melhor do que envolver as famílias em atividades que unem aprendizado e muita diversão. Por meio de gincanas ou jogos simbólicos, a comunidade se aproxima, as crianças começam a colaborar umas com as outras e os pequenos com deficiência se sentem parte do todo, e isso é fundamental para estimulá-los dentro e fora do ambiente escolar. (COSTA, 2015).

A proposta pedagógica da Educação Infantil deve ter como um de seus objetivos o direito à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças, tendo como eixos norteadores as brincadeiras e as interações, concebendo a criança como um sujeito histórico e com direitos, que por meio das interações, relações e práticas do cotidiano que a mesma vivencia: "[...] constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura" (BRASIL, 2010, p. 12).

A inserção da brincadeira implica em sua própria finalidade, objetivo que vem por sinal a desenvolver alguma habilidade na criança. "A brincadeira infantil representa o aprendizado. É uma ação privilegiada no desenvolvimento humano, principalmente na infância, pois é um meio para a elaboração e a reelaboração do conhecimento" (BRASIL, 1998). Brincar é uma maneira de atuação cognitiva pela qual a criança interpreta, entende e abstrai a realidade, visto que simula esse fato. Uma vez que é por meio de situações lúdicas que a criança tem a chance de se apropriar de novos conhecimentos, pois é por meio delas que conseguem levantar hipóteses, interagir (com colegas, situações e objetos), pensar, confrontar diferentes pontos de vistas e assim vivenciar verdadeiras situações de comunicação.

Conforme Mantoan (2007, p.48) "A inclusão não implica no desenvolvimento de um ensino individualizado para os alunos que apresentam déficits intelectuais, problemas de aprendizagem e outras relacionados ao desempenho escolar", antes é uma atitude que respeita os limites de cada um, proporcionando a todos a participação e a plena expressão de suas potencialidades. A inclusão favorece a educação no toda uma proposta de mudança, de novos conceitos e ações, e principalmente numa perspectiva de respeito aos próximos.

Segundo Proença, na visão de Malagussi (2018).

As relações pedagógicas devem estar pautadas nas interações estabelecidas entre sujeitos, cultura, objetos e espaços que configuram o processo educativo: crianças, professores, funcionários da instituição, pais, comunidade, conceitos e valores explorados de acordo com o interesse que move o grupo. Essas interações, baseadas em trocas afetivas e no fortalecimento de vínculos, são construídas em uma relação de confiança mútua e na crença de que a ação coletiva é um desafio a ser superado na contemporaneidade (p.75).

Ao ocorrer o acolhimento, os educadores devem ter conhecimento teórico sedimentado, e fundamentado no cuidar e educar. Sendo assim, têm a responsabilidade de proteger as crianças, não só no seu processo de adaptação, mais ao longo dos seus anos escolares, buscando entender suas emoções e seu comportamento agressivo no âmbito da instituição, fornecendo as orientações necessárias em situações de emergência, quando necessário.

Contudo, isso pressupõe proposta pedagógica na instituição, para proporcionar inclusão total e incondicional desses alunos na sala de aula do ensino regular, apresentado projetos, currículos, metodologias de ensino e recursos didáticos flexíveis, com competência de contemplar e atender as diferenças. O objetivo é garantir à criança, desde o início de sua escolarização, princípios de inclusão, cujo desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aluas é uma tarefa a ser assumida por todos os

que compõem um sistema educacional, com condições básicas para seu ingresso e permanecia na educação como lhe é assegurado na legislação.

4 O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O trabalho do professor com a inserção da criança no ambiente escolar deve ser proporcionado de maneira natural, para que não haja a percepção das demais crianças de tratamento diferenciado, mas sim cativar o prazer pela aprendizagem da criança que necessita ser incluída. De acordo com Rocha (2017, p. 2): "cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam.

Segundo Morales (2019) a relação professor-aluno na sala de aula é complexa e abarca vários aspectos, ou seja, não se pode reduzi-la a uma fria relação didática nem a uma relação humana calorosa. Mas é preciso ver a globalidade da relação professor-aluno mediante um modelo simples relacionado diretamente com a motivação, mas que necessariamente abarca tudo o que acontece na sala de aula e há necessidade de desenvolver atividades motivadoras. Assim sendo, as relações entre docentes e discentes envolvem comportamentos intimamente relacionados, em que as ações de um desencadeiam ou promovem as do outro.

O papel do professor é também o de ampliar os currículos, fazendo com que se flexibilizem diante das diferenças de seus alunos e deixe de lado a visão conservadora, destacando a inclusão como inserção social, que tenha como objetivo ultrapassar as fronteiras e dar apoio na construção do saber, semeando uma escola integrada na inclusão, pois de acordo com SILVA (2015), a inclusão significa "humanizar caminhos". Diante de tal complexidade no processo de inclusão, faz-se importante a formação dos professores, contribuindo para que haja as mudanças necessárias exigidas pela educação inclusiva.

O ato de refletir é indispensável para que o professor desconstrua seus saberes e formule novas ideias a respeito do processo de aprendizagem de seus alunos, que são sujeitos diferentes e este é um fator de suma importância no processo de reflexão e construção do planejamento. É necessário que o professor atue como ator principal da ação pedagógica, curioso, atento e com capacidade de mobilizar seus conhecimentos anteriores com os conhecimentos produzidos na escola, considerando assim, as construções do aluno.

O papel do professor é também de ampliar os currículos, fazendo com que se flexibilizem diante das diferenças de seus alunos e deixe de lado a visão conservadora, destacando a inclusão como inserção social, que tenha como objetiva integrada na inclusão.

O trabalho docente com os alunos deficientes na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como colaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Para que as mudanças ocorram nas escolas, levando em consideração as políticas da educação inclusiva, são necessários investimentos tanto na estrutura física e material, como na formação de todos que compõem a escola. Além disso, todos devem colaborar com essa mudança, desde a gestão política até os líderes da comunidade, bem como as famílias e os próprios alunos, no intuito de enfrentar o preconceito e desenvolver o respeito ao próximo, respeitando suas diferenças.

Para Freire (1996) o professor tem o dever de despertar no aluno a capacidade crítica, independentemente dos desafios que enfrenta em sua jornada de trabalho, pois educar não se limita apenas em passar conteúdo, mas em despertar a curiosidade e ensinar a pensar. Neste sentido, é indispensável que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com as situações diversificadas no ensino, como as condições sensoriais, cognitivas ou físicas de cada aluno.

Enfim, cabe ao professor trabalhar dentro de sala de aula permitindo interação e troca entre os alunos. O desenvolvimento de algumas estratégias pode ser decisivo para criar um ambiente de cooperação em que aqueles alunos que têm mais habilidades em alguma matéria possam ajudar aqueles com menos habilidades, ou seja, como o professor tem que ensinar alunos que possuem ou não deficiência, ele pode contar com os próprios alunos para que a inclusão seja realizada de fato.

CONCLUSÃO

A cultura escolar inclusiva é entendida, no presente estudo, como sendo a relação do conjunto de hábitos, práticas, valores e conhecimentos internalizados e manifestados pela escola, por meio da consolidação, no cotidiano escolar, das interações, dos trabalhos, do agir e do pensar. A discussão acerca da cultura escolar é a principal via para a concretização, e efetivação, da inclusão, sendo, por essa razão, extremamente necessária.

A partir da lei a Educação Especial passou a ser uma modalidade da Educação básica com políticas especificas de inclusão para os deficientes de qualquer natureza com aten-

dimento especializado em salas da educação regular. Foi instituídas políticas públicas com diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial, O professor precisa se especializar se capacitar para lidar com os especiais. A escola deve disponibilizar um profissional capacitado para dar atendimento especial ao aluno com deficiência auditiva desde a educação infantil. Ter tratamento adequado e especializado é um direito da criança em qualquer.

Compreendemos que para acontecer realmente uma educação inclusiva, juntamente com o processo de ensino aprendizagem destacando a partir dessa pesquisa, deve ocorrer a aprendizagem de ensino de forma significativa com a inclusão. E para que haja e aconteça este processo têm que se fortalecer as formações de professores, criando uma rede de apoio com alunos, docentes, gestores escolares e principalmente as famílias para que assim se tenha um retorno de uma educação inclusiva de qualidade na instituição.

Consideramos que nesse processo de inclusão algumas posturas são preponderantes: a responsabilidade, o compromisso no planejamento e na realização das atividades, o acolhimento aos alunos, a parceria entre os pares, bem como o cumprimento da lei por parte dos órgãos públicos. São fatores fundamentais para que possamos ser uma escola que atribui papel relevante ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil, deixando a criança viver por meio de atividades prazerosas e agradáveis. Deixar a criança ser criança, vivenciando por meio do faz de conta situações cotidianas, refletindo-as e reconstruindo-as, apreendendo com o outro o saber produzido culturalmente pela humanidade contribuirá para a formação de sujeitos de direito.

A vivência democrática que buscamos em uma escola de qualidade para todos, deve primar, antes de tudo, pelas atitudes de respeito para com o cidadão. Essa atitude respeitosa, sem discriminação, busca a valorização do papel social de todos e elege a inclusão e o respeito às diferenças como alvo do esforço para a conquista da equidade social que respeita todas as deficiências das crianças, dando a essas a oportunidade de desenvolvimento na escola pública de forma igualitária com qualidade e primazia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

_____, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, nº 9.394. Brasília: Câmera Federal, 1996.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. V. 1, 2 e três, Brasília: MEC/SEF, 1998.

__. Ministério da educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Ministério da Educação – MEC. 2004

_____, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial / MEC, 2008.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/ SEB, 2010.

_____, Câmara dos Deputados. Lei nº 13.146, de seis de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, p. 43, 2015. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6julho-2015-781174-publicacao original-147468-pl.html> Data de acesso: 29/10/2022.

_____,Planalto. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com

Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em:

https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de2020-280529948. Acesso em: 29 out. 2022.

COSTA, F.A.D.S.C. Diário de Campo. Observação Participante. In: Práticas Pedagógicas Inclusivas na Educação Infantil: atividades lúdicas envolvendo crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica) 120 f. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)

MANTOAN, Teresa Engler. Inclusão escolar: pontos e contrapontos / Maria Tereza Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. —São Paulo: Summus, 2006. — (pontos e contrapontos).

MORALES, P. V. A relação professor-aluno - o que é, como se faz. São Paulo. Editorial y Distribuidora, 2019.

PROENÇA, M. A. Prática docente: a abordagem de Reggio Emília e o trabalho com

projetos, portfolios e redes formativas. São Paulo: Panda Educação, 1. ed., 2018.

ROCHA, A. B. O. O papel do professor na educação inclusiva. Ensaios Pedagógicos, v. 7, n. 2, São Paulo, 2017. ROCHA, A. P. L.; et. al. A escola inclusiva: desafios. Editorial do Ministério da Educação e Ciência, 2017.

SILVA, A. M. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.

Curitiba: Ibpex, 2015. (Série Inclusão Escolar)